MANDADO DE SEGURANÇA — LEI EM TESE — LEGITIMIDADE

I. Se os impetrantes buscam, por intermédio da presente segurança, argüir a inconstitucionalidade do item I, da Resolução n.º 1.060/85 e do art. 4.º, § 1.º, da Lei n.º 4.595/64, sem que exista lesão a direito individual, concretamente demonstrado, o writ of mandamus não merece ser conhecido, pois não se presta como substitutivo da representação de inconstitucionalidade (Constituição Federal, art. 119, inciso I, alínea 1). Ilegitimidade ativa ad causam que se reconhece. Ademais, a jurisprudência do Pretório excelso já consagrou a orientação de que “não cabe mandado de segurança contra lei em tese” (Súmula n.º 266 do STF). Preliminares acolhidas.

II. Mandado de segurança não-conhecido.

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

Mandado de Segurança nº 110.840

Requerentes: Celso Cordeiro Machado e outros

Requeridos: Ministro de Estado da Fazenda e Presidente do Banco Central do Brasil

Relator: Sr. Ministro GERALDO SOBRAL

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide o Plenário do Tribunal Federal de Recursos, por unanimidade não conhecer do mandado de segurança, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Custas, como de lei.

Brasília, 14 de agosto de 1986 (data do julgamento). — *Gueiros Leite*, Presidente. *Geraldo Sobral*, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro *Geraldo Sobral*: Celso Cordeiro Machado, Ezequiel de Melo Campos Filho e José Ribeiro da Silva Arantes impetraram mandado de segurança, de natureza preventiva, contra ato complexo do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, na pessoa de seus presidentes, consubstanciado na Resolução do

Banco Central nº 1.060, de 19 de novembro de 1985, que deu publicidade à decisão do Conselho Monetário Nacional, a qual suspendeu as autorizações para funcionamento de novas instituições bancárias, financeiras e imobiliárias.

Os impetrantes, em sua exordial (fls. 2-6), alegaram a inconstitucionalidade de referido ato, por ferir, dentre outros, os princípios da livre iniciativa, do desempenho de ofício e do direito de competição, insculpidos na Lei Maior (arts. 160, incisos I e V; 163 e 153, §§ 1º e 23.) Pleitearam a concessão de medida liminar, no sentido de que as autoridades apontadas como coatoras, por si ou por seus subordinados, não viessem a criar nenhum obstáculo à protocolização e ao andamento da documentação exigida nos diplomas legais e regulamentares vigentes, para instruir os pedidos de autorização de funcionamento das instituições financeiras mencionadas no item I, da Resolução nº 1.060 de 1985 do Banco Central. Requereram, afinal, a concessão da segurança com o in-

tuito de impedir que as autoridades coatoras venham a suspender as autorizações para funcionamento de novas instituições financeiras.

Indeferida a liminar (fls. 13), notificadas as autoridades apontadas como coatoras, advieram as informações de fls. 17-34 e 36-43.

O Presidente do Conselho Monetário Nacional, Ministro Dilson Funaro, em suas informações, manifestou-se pela improcedência do *writ*, alegando, em preliminar, que a impetração buscava atacar norma em tese; bem como a iliquidez do pedido dos impetrantes. No mérito, sustentou a legalidade do ato impugnado, sob o argumento de que a autorização para funcionamento das empresas nos setores financeiro, bancário e imobiliário está legalmente submetida ao controle do Conselho Monetário Nacional.

O Presidente do Banco Central, em suas informações, também se manifestou no sentido de que não assiste direito algum aos impetrantes, pelo fato de estarem questionando norma *in abstracto*, sendo que a doutrina e a jurisprudência são uníssonas em consagrar a orientação de que é incabível mandado de segurança contra a lei em tese.

A douta Subprocuradoria-Geral da República, em seu parecer de fls. 47-50, manifestou-se pelo não-conhecimento da segurança, em face das preliminares levantadas, ou, no mérito, pela denegação do *writ of mandamus*.

É o relatório.

VOTO (PRELIMINAR)

O Sr. Ministro Geraldo Sobral (Relator): O *Parquet* Federal, em parecer da lavra do então Subprocurador-geral da República, Dr. Geraldo Andrade Fonteles, hoje eminente Ministro desta egrégia Corte, bem equacionou a controvérsia, quando acolheu as preliminares levantadas, *ipsis verbis*:

"(...) além da manifesta improcedência do pedido como se demonstrará adian-

te — a impetração apresenta, *ab initio*, três aspectos prejudiciais, a merecer, em primeiro plano, a atenção dos eméritos julgadores desta ação de segurança.

O primeiro, diz respeito ao objetivo precípua da impetração, ou seja, o reconhecimento da inconstitucionalidade do item I, da Resolução nº 1.060/85 e art. 4º, § 1º, da Lei nº 4.595/64, fazendo do mandado de segurança um substitutivo da representação de inconstitucionalidade (art. 119. I, e, da CF). E, isto é inadmissível, considerando não haver, no caso, efeitos lesivos a direito individual, concretamente demonstrados. Portanto, resta claro que o mandado de segurança não se presta, positivamente, aos fins nele colimados.

O segundo está afeto à natureza do ato impugnado, eis que se trata de ato normativo *in abstracto*. Daí, quedar-se o mandado de segurança, dirigido contra a norma em tese, contrariando à remansosa jurisprudência, condensada na Súmula nº 266, do STF (veja-se julgados trazidos aos autos pela autoridade representante do CMN — fls. 21-4.) E, isto impede, decididamente, *in casu*, o conhecimento do *remedium iuris*, por incabível na espécie.

O terceiro aspecto se prende ao fato de não possuírem, os autores, qualidade para agir em juízo, por lhes faltar legítimo interesse.

Veja-se que os impetrantes se qualificam na inicial como advogados *em causa própria*, não demonstrando onde e como o ato impugnado causou efeito lesivo a direito líquido e certo dos causídicos petionários. Logo, temos que falta aos postulantes legitimidade ativa *ad causam* (art. 3º do CPC), impondo-se, conseqüentemente, o indeferimento, *in limine*, do *writ*.

Legitimidade poderiam ter se postulassem uma ação popular, que não se confunde com o *mandamus of writ* (fls. 48-9).

Incensuráveis as douts ponderações desenvolvidas pela Subprocuradoria-Geral da República, as quais adoto como razão de decidir, pois entendo que as preliminares acima apontadas são intransponíveis.

Ante o exposto, não conheço do mandado de segurança.

É o meu voto.

EXTRATO DA ATA

MS nº 110.840-DF — (Reg.: 7.868.480)
— Relator: Sr. Ministro Geraldo Sobral.
Requerente: Celso Cordeiro Machado e outros. Requeridos: Ministro de Estado da Fazenda (presidente do Conselho Monetário Nacional) e presidente do Banco Central do Brasil. Advogados: Celso Cordeiro Machado e outros (requerentes).

Decisão: o Tribunal, por unanimidade, não conheceu do mandado de segurança, nos termos do voto do Sr. Ministro Rela-

tor. (Em 14 de agosto de 1986 — T. Pleno.)

Os Srs. Ministros Carlos Thibau, Costa Leite, Nilson Naves, Eduardo Ribeiro, Ilmar Galvão, Dias Trindade, José de Jesus, José Dantas, Washington Bolívar, Torreão Braz, Carlos Velloso, William Patterson, Sebastião Reis, Miguel Ferrante, José Cândido, Pedro Acioli, Pádua Ribeiro e Costa Lima votaram com o Relator. Ausentes, por motivo justificado, os Srs. Ministros Lauro Leitão (Presidente), Armando Rólemberg, Otto Rocha, Bueno de Souza, Américo Luz e Flaquer Scartezini. Impedido o Sr. Ministro Geraldo Fonteles. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gueiros Leite.